

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
Secretaria Municipal de Gestão Pública – SGP
Concurso Público de Ingresso para Provimento de Cargos Vagos de
Agente Vistor I

P R O V A
Conhecimentos Gerais Conhecimentos Específicos

I N S T R U Ç Õ E S

- Verifique se este caderno contém 120 questões, numeradas de 1 a 120.
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A, B, C, D, E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, fazendo um traço bem forte no quadrinho que aparece abaixo dessa letra.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 5 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

CONHECIMENTOS GERAIS

PORTUGUÊS

Atenção: As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto que segue.

Cidadania e igualdade

Mais do que em outras épocas da nossa história, o momento em que ingressamos num novo século exige a construção da cidadania e a implementação dos direitos humanos como tarefa de urgência. Realizá-la implica uma série de atitudes que envolvem, antes de mais nada, o indivíduo, o seu grupo, a comunidade e os diversos segmentos da sociedade. Impõe-se a cada pessoa o desafio de acreditar – ou voltar a acreditar, se perdeu tal crença – na possibilidade de uma sociedade justa e solidária, exercitando uma nova consciência crítica, conhecendo a realidade em suas várias nuances e mudando o que precisa ser mudado para uma vida melhor.

Ter consciência crítica significa também saber analisar, com realismo, as causas e os efeitos das situações que precisam ser enfrentadas, para, a partir dessa atitude, descobrir os melhores caminhos na busca da transformação social, política, econômica e cultural. Significa, do mesmo modo, abrir-se para as mudanças e capacitar-se, de todas as formas, para absorvê-las. Há hoje cada vez mais espaços para ações de parceria voltadas ao desenvolvimento sustentado e à realização dos direitos humanos.

O desafio apresenta-se de duas formas. De um lado, é preciso abrir-se para além dos círculos fechados em que as pessoas normalmente vivem, estimulando o respeito e a cooperação por uma sociedade com menores desigualdades, e de outro, para exercer o direito de cobrar das instituições do Estado a sua responsabilidade na preservação dos direitos humanos. O desafio essencial de cada um de nós é e sempre será fazer respeitar a nossa condição de ser humano vocacionado a uma vida digna e solidária.

O princípio de igualdade é a base da cidadania e fundamenta qualquer constituição democrática que se proponha a valorizar o cidadão. Não é diferente com a nossa. Na Constituição de 1988, o direito à igualdade destaca-se como tema prioritário logo em seu artigo 5º:

“Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (...).”

(Guia Cidadania e Comunidade)

1. A realização da “tarefa de urgência”, de que trata o primeiro parágrafo do texto, exige
 - (A) iniciativas enérgicas por parte do poder estatal.
 - (B) a defesa do convívio em círculos sociais restritos.
 - (C) uma nova reforma constitucional.
 - (D) uma alteração no fundamento da Constituição de 1988.
 - (E) novas atitudes dos indivíduos e dos grupos sociais.

2. Considere as seguintes afirmações:
 - I. As “duas formas” de desafio de que trata o 3º parágrafo acentuam a importância do papel da iniciativa do Estado.
 - II. A frase *Não é diferente com a nossa*, no penúltimo parágrafo, lembra que o princípio da igualdade é básico também na Constituição brasileira.
 - III. O direito à igualdade, tratado no artigo 5º da Constituição de 1988, é amplo em relação aos cidadãos brasileiros e restrito em relação a todos os demais.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

- (A) I, somente.
- (B) II, somente.
- (C) I e II, somente.
- (D) II e III, somente.
- (E) I, II e III.

3. O texto manifesta a necessidade premente de se evitar
 - (A) uma análise realista das causas e efeitos das situações que precisam ser enfrentadas.
 - (B) a prática de cobrar de setores do Governo suas responsabilidades constitucionais.
 - (C) a tendência de se viver no interior de círculos sociais fechados e estanques.
 - (D) a discriminação social, a não ser nos casos previstos no artigo citado da atual Constituição.
 - (E) qualquer desafio que diga respeito a mudança de atitude ou de hábitos tradicionais.

4. No contexto do 1º parágrafo, os elementos que constituem a enumeração *o indivíduo, o seu grupo, a comunidade e os diversos segmentos sociais*
 - (A) estão dispostos numa ordem casual e arbitrária.
 - (B) obedecem à seqüência lógica do mais geral para o mais particular.
 - (C) são todos eles alternativos e excludentes entre si.
 - (D) estão dispostos numa progressão do particular para o geral.
 - (E) são todos eles sinônimos entre si.

<p>5. Considerando-se o contexto, traduz-se corretamente o sentido de uma frase do texto em:</p> <p>(A) <i>em suas várias nuances</i> = em seus diversos aspectos.</p> <p>(B) <i>implementação dos direitos humanos</i> = preservação da assistência humanitária.</p> <p>(C) <i>vocacionado a uma vida solidária</i> = ambientado no regime da privacidade.</p> <p>(D) <i>tema prioritário</i> = questão de alguma relevância.</p> <p>(E) <i>inviolabilidade do direito à vida</i> = proteção da garantia de vida.</p>	<p>8. As normas de concordância verbal estão plenamente respeitadas na seguinte frase:</p> <p>(A) É uma tolice imaginar-se que não se devam satisfações àqueles que não pertençam ao âmbito do nosso próprio grupo social.</p> <p>(B) Não nos cabem, nos dias que correm, ignorar o fato de que novas atitudes são absolutamente necessárias a uma nova ordem social.</p> <p>(C) A base da cidadania se firmam nos princípios que postulam a inviolabilidade dos direitos básicos de todo cidadão.</p> <p>(D) Assim como nas dos outros países, encontram-se em nossa Constituição, em palavras que não deixam dúvida, o princípio democrático da igualdade.</p> <p>(E) As duas formas em que se apresentam para nós o desafio de acreditar na igualdade são a abertura para os outros e a vigilância quanto às funções do Estado.</p>
<p>6. A frase <i>Ter consciência crítica significa também saber analisar, com realismo, as causas e os efeitos das situações, que precisam ser enfrentadas</i> articula o segundo ao primeiro parágrafo. Considerando-se essa articulação, a palavra também tem o sentido de</p> <p>(A) ainda assim.</p> <p>(B) apesar de tudo.</p> <p>(C) além disso.</p> <p>(D) sobretudo.</p> <p>(E) antes de mais nada.</p>	<p>9. Transpondo-se para a voz passiva a frase <i>O desafio essencial será <u>fazer respeitar</u> a nossa condição de ser humano</i>, o segmento sublinhado será substituído por</p> <p>(A) fazer com que respeitemos.</p> <p>(B) fazermo-nos respeitados.</p> <p>(C) ter feito respeitar.</p> <p>(D) fazer ser respeitada.</p> <p>(E) fizermos respeitá-la.</p>
<p>7. Está correta a grafia de todas as palavras do seguinte comentário sobre o texto:</p> <p>(A) Uma das iniciativas encontornáveis da cidadania está em se ezercer a consciência crítica, aplicada aos fatos da realidade.</p> <p>(B) Recusando os privilégios dos que se habituaram a viver em grupos autônomos, o texto propõe o acesso de todos a todas as instâncias sociais.</p> <p>(C) Ninguém deve se ezimir de cobrar do Estado a prezervação do princípio de igualdade como um direito básico da cidadania.</p> <p>(D) Constitue dever de todos manter ou readquirir a crença em que seja possível a vijência social dos princípios da igualdade e da solidariedade.</p> <p>(E) O que se atribue a um cidadão, como direito básico, deve constituir-se em direito básico de todos os cidadãos, indiscriminadamente.</p>	<p>10. Está clara e correta a redação da seguinte frase:</p> <p>(A) Viver em círculos fechados é o que muita gente gosta apesar de serem pouco beneficiados em razão disto.</p> <p>(B) Quando se obedece princípios de igualdade a cidadania de que todos almejamos torna-se não apenas provável quanto possível.</p> <p>(C) É bem melhor gozar de um direito coletivamente do que cada um por si, o mesmo ocorrendo com os demais.</p> <p>(D) Verifica-se hoje muitas ações de parceria, onde a meta é o desenvolvimento sustentado, além de ser voltado à realização dos direitos humanos.</p> <p>(E) Se há algumas razões para que se tenha deixado de crer na possibilidade de uma sociedade justa, há muitas mais para que se aceite o desafio de voltar a crer.</p>

Atenção: As questões de números 11 a 20 referem-se ao texto que segue:

A tirania da experiência

Acompanhei as dificuldades de um jovem que, ao terminar sua formação, saiu à procura de um emprego. Ele esbarrou em recusas que só os jovens recebem. Os entrevistadores apreciavam seu diploma, gostavam de sua apresentação e perguntavam: "Você tem experiência?". Meu jovem amigo sentia-se num círculo vicioso: era rechaçado por falta de uma experiência que nunca poderia adquirir, pois não conseguia emprego justamente porque lhe faltava experiência.

Parece um pretexto para condenar os jovens a um salário simbólico. Eternos estagiários, eles seriam obrigados a trocar seu trabalho pelo "privilégio" de aprender o ofício. Mas não é só isso: nossa cultura, em princípio, venera a experiência. Salvo em momentos nostálgicos, duvidamos das sabedorias sagradas ou ancestrais. Preferimos confiar e acreditar nas coisas em que podemos colocar o dedo e o nariz. A autoridade, em suma, abandonou a tradição e veio para a experiência.

Se sou um adolescente, como afirmo minha liberdade? Sou obrigado a me aventurar em terrenos completamente novos. Para me esquivar da autoridade dos pais e dos adultos, tento fazer algo que não esteja no campo de experiências dos que me precederam. A novidade, a originalidade tornam-se verdadeiros valores, porque prometem libertar-me da experiência dos outros. Se fizer algo que ninguém nunca fez, quem poderia ditar minha conduta, dizendo-se sábio e experiente?

Recomendação aos pais de adolescentes: se, discutindo com seus filhos, você achar bom evocar a sabedoria que vem de sua experiência, seja humilde e modesto. Quanto mais você justificar sua autoridade pela experiência, tanto mais seu rebento estará a fim de aventurar-se por terrenos pouco ou nada mapeados.

(Contardo Calligaris, Folha de S. Paulo, 07/03/2002)

11. De acordo com o texto, para escapar à tirania da experiência um adolescente de hoje sente-se impelido a

- (A) reconhecer a sabedoria antiga e sólida dos nossos ancestrais.
- (B) aventurar-se em situações inteiramente novas e originais.
- (C) ratificar os valores culturais que nortearam a geração precedente.
- (D) corresponder à expectativa dos entrevistadores das empresas.
- (E) repisar os caminhos em que seus pais se sentiram livres.

12. Considere as seguintes afirmações:

- I. As empresas se valem da pouca ou nenhuma experiência de um jovem para se aproveitarem de seu trabalho na precária condição de estagiário.
- II. A responsabilidade pelo círculo vicioso a que o texto se refere deveria ser assumida pelos adolescentes, que não dão valor a nenhum tipo de experiência.
- III. As dificuldades enfrentadas por um jovem que esteja buscando trabalho demonstram que está em baixa o prestígio da experiência.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

- (A) I, somente.
- (B) II, somente.
- (C) I e II, somente.
- (D) II e III, somente.
- (E) I, II e III.

13. Considerando-se o contexto, traduz-se corretamente o sentido de uma expressão do texto em:

- (A) *rechaçado por falta de uma experiência* = absorvido pela inexperiência.
- (B) *eternos estagiários* = aprendizes eventuais.
- (C) *salvo em momentos nostálgicos* = à exceção dos instantes de nostalgia.
- (D) *evocar a sabedoria* = protelar o conhecimento.
- (E) *seu rebento estará a fim de aventurar-se* = seu ímpeto o levará a ousadias.

14. Há palavras cuja grafia exige correção na frase:

- (A) Incompreensivelmente, dá-se absoluta primazia à experiência, quando se trata do preenchimento de novas vagas.
- (B) Pretextando a inexperiência dos jovens pretendentes a uma vaga, os empregadores lhes oferecem estágios, com pagamento irrisório.
- (C) É lamentável que jovens com aptidão e vocação para o trabalho sejam rejeitados em nome de uma experiência a que não podem ter acesso.
- (D) Diminui paulatinamente o número de novos empregos, o que obriga os jovens candidatos a se submeterem a exigências cada vez mais rigorosas.
- (E) É evidente o descazo com que o mercado de trabalho trata os recém-formados, frustrando assim suas legítimas pretensões.

<p>15. Está correto o emprego da forma verbal sublinhada na frase:</p> <p>(A) Ser jovem já não <u>constitue</u> vantagem, na luta por um emprego.</p> <p>(B) Se o empregador não <u>opor</u> obstáculo ao jovem, este poderá ganhar experiência.</p> <p>(C) As experiências que os pais <u>reteram</u> serão contestadas pelos filhos.</p> <p>(D) A exigência de experiência anterior <u>obstrui</u> o caminho de muitos jovens.</p> <p>(E) Quando se <u>desfazem</u> de seus preconceitos, os empresários contratarão os jovens.</p>	<p>18. Está correta a articulação entre os tempos verbais na frase:</p> <p>(A) Seria preferível que os empregadores dêem mais atenção aos jovens.</p> <p>(B) Para que sua liberdade venha a ser afirmada, os jovens terão de experimentar novos caminhos.</p> <p>(C) À medida que se vão confrontando com os valores dos pais, os filhos tinham sentido a necessidade de afirmar os seus próprios.</p> <p>(D) Espera-se que a futura geração não vá enfrentar as mesmas dificuldades que se imporiam à geração passada.</p> <p>(E) Talvez nunca se tenha desprestigiado tanto a sabedoria dos ancestrais quanto viesse a ocorrer a em nossa época.</p>
<p>16. Os jovens bem que tentam, mas não se dá aos jovens a oportunidade de um trabalho que <u>recompense os jovens</u> pelos esforços despendidos.</p> <p>Evita-se a repetição de palavras da frase acima substituindo-se os elementos sublinhados, respectivamente, pelas formas:</p> <p>(A) se dá a aqueles - recompense eles</p> <p>(B) se dá a eles - recompense-lhes</p> <p>(C) se lhes dá - os recompense</p> <p>(D) se os dá - os recompense</p> <p>(E) se dá a eles - recompense eles</p>	<p>19. Está correto o emprego da expressão sublinhada na frase:</p> <p>(A) Os bons salários <u>a que</u> os jovens aspiram são cada vez mais improváveis.</p> <p>(B) É mínimo o salário <u>no qual</u> os empresários julgam retribuir o esforço dos estagiários.</p> <p>(C) O assunto <u>de cujo</u> se trata no texto diz respeito às exigências que se colocam aos jovens.</p> <p>(D) São desafiadores os novos terrenos <u>com que</u> os jovens se prontificam a explorar.</p> <p>(E) Seria preciso <u>de que</u> se oferecessem oportunidades reais aos jovens pretendentes a um emprego.</p>
<p>17. O verbo indicado entre parênteses adotará obrigatoriamente uma forma do plural ao se flexionar na seguinte frase:</p> <p>(A) É irrisório o que nas empresas se (oferecer) aos jovens estagiários.</p> <p>(B) Os terrenos novos nos quais (dever) se aventurar o jovem de hoje são seu grande desafio.</p> <p>(C) Se não (haver) outras razões, a juventude e o entusiasmo deveriam bastar para se valorizar o jovem.</p> <p>(D) Como não se (valorizar), num jovem, as qualidades naturais da mocidade, ele sai prejudicado.</p> <p>(E) Quanto aos adolescentes, nenhuma época lhes (parecer) tão injusta quanto a nossa.</p>	<p>20. Está bem observada a necessidade dos sinais de crase na seguinte frase:</p> <p>(A) Quando os filhos passam à interpelar os valores de seus pais, consideram-se aptos à afirmar os seus próprios.</p> <p>(B) O jovem fica à uma distância cada vez maior das poucas oportunidades que ainda estão à lhes oferecer.</p> <p>(C) Daqui à pouco vão dizer que são os jovens os principais responsáveis pelo círculo vicioso à que o texto se refere.</p> <p>(D) Apresentam-se, à toda vaga oferecida, candidatos dispostos à disputá-la da forma mais aguerrida.</p> <p>(E) Não se notam, à medida que o tempo passa, avanços significativos nas condições de trabalho oferecidas à juventude.</p>

<p>21. Considere estas duas frases:</p> <p>I. Foi enorme o prazer que me proporcionou aquela viagem.</p> <p>II. Foi enorme o prazer com que me proporcionou aquela viagem.</p> <p>É correto afirmar que</p> <p>(A) as frases I e II têm o mesmo sentido, variando apenas a forma de construção.</p> <p>(B) a frase I afirma o prazer que eu senti ao realizar uma viagem.</p> <p>(C) a frase II afirma o prazer que alguém sentiu ao fazer uma viagem.</p> <p>(D) a frase I afirma o prazer que alguém sentiu ao possibilitar que uma outra pessoa viajasse.</p> <p>(E) a frase II afirma o prazer que eu senti ao possibilitar a viagem de uma outra pessoa.</p>	<p>24. É preciso corrigir a forma do plural de uma das palavras da frase:</p> <p>(A) Quaisquer que sejam nossas opções, será difícil tomarmos uma decisão.</p> <p>(B) Nenhum desses salvo-condutos os livrará da detenção.</p> <p>(C) Os distintos caracteres das personagens de um romance devem ser bem definidos.</p> <p>(D) Estão correndo vários abaixo-assinados contra as últimas demissões.</p> <p>(E) Encontrei muitos senões nos documentos que os dois tabeliães expediram.</p>
<p>22. Está inteiramente correta a pontuação do seguinte período:</p> <p>(A) Garçom, nós queremos conversar; poderia pedir para baixar um pouco o volume do rádio, por favor?</p> <p>(B) Se a maré subir, logo, os turistas ficarão ilhados naquelas pedras e, terão que esperar até amanhã, para voltarem.</p> <p>(C) Admita, que você nos traiu, ao tomar uma atitude que contrariou inteiramente, nossa decisão da véspera.</p> <p>(D) Durante a projeção do filme, que você me recomendou as pessoas iam saindo, mostrando assim, seu desagrado e desinteresse pelo final.</p> <p>(E) Você deve ser condescendente, uma vez que, se não renegociar minha dívida, dificilmente, poderei pagá-la.</p>	<p>25. Transpondo-se para a voz ativa a frase <i>Seu corpo nunca fora tocado por um homem</i>, a forma verbal resultante será</p> <p>(A) tinha sido tocado.</p> <p>(B) teriam tocado.</p> <p>(C) tocaria.</p> <p>(D) teria sido tocado.</p> <p>(E) tocara.</p>
<p>23. Está correto o emprego dos elementos sublinhados na frase:</p> <p>(A) Queria saber <u>porque</u> ele é mais exigente <u>com nós</u> do que com ela.</p> <p>(B) Ela pediu para <u>mim</u> aguardar alguns dias mais, <u>por que</u> logo teria o dinheiro.</p> <p>(C) Não sei <u>porquê</u> ele ficou tão nervoso <u>conosco</u> todos.</p> <p>(D) Se isso foi feito para <u>eu</u> renunciar, não o farei, <u>porque</u> mantenho meus princípios.</p> <p>(E) Ninguém entendeu o <u>por</u> <u>quê</u> do fato de <u>mim</u> abandonar a reunião no meio.</p>	<p>26. A frase cuja construção está inteiramente clara e correta é:</p> <p>(A) As sobremesas de que mais aprecio é quando tem creme de leite.</p> <p>(B) A obrigação de os ler diminui o prazer com um livro para os adolescentes.</p> <p>(C) Não obstante houvesse chovido há pouco, foi possível seguirmos pela trilha sem grande esforço.</p> <p>(D) À proporção em que o sol se tornava mais forte pensávamos em procurarmos um abrigo dele.</p> <p>(E) Todos nós demos de si o máximo, mas fora insuficiente para se obter nossa vitória.</p> <p>27. Quanto às normas de concordância verbal e nominal, a frase inteiramente correta é:</p> <p>(A) A onda de explosões e atentados deixaram assustadiços toda a população da metrópole.</p> <p>(B) A única das alegações suas com a qual concordo é a mesma que foi acolhida pelos meus sócios.</p> <p>(C) Quem tem de se fazer merecedor da minha confiança é eles, para que eu lhes dê meu voto com toda a convicção.</p> <p>(D) Muita gente, com o passar dos anos, vão modificando a opinião e tornando-se cada vez mais pessimistas.</p> <p>(E) Não lhes parecem estranho que todo mundo se mostrem nossos aliados, assim, de repente?</p>

28. A alteração na pontuação acarreta alteração de sentido em:

- (A) I. Quando desembarquei percebi que o dinheiro já não estava comigo.
II. Quando desembarquei, percebi que o dinheiro já não estava comigo.
- (B) I. Felizmente nada de mais grave lhe aconteceu.
II. Felizmente, nada de mais grave lhe aconteceu.
- (C) I. Você acredita de fato que todos esses poemas são bons?
II. Você acredita, de fato, que todos esses poemas são bons?
- (D) I. Só respeito os argumentos dela que se baseiam em fatos.
II. Só respeito os argumentos dela, que se baseiam em fatos.
- (E) I. Ao partirem já comecei a sentir saudades.
II. Ao partirem, já comecei a sentir saudades.

29. Considere os seguintes fatos:

- I. Ela partiu já há duas semanas.
- II. Até agora ela não me deu notícias.
- III. Confesso que começo a ficar preocupado.

O período em que os fatos acima estão articulados de modo lógico, com redação correta, é:

- (A) Confesso que começo a me preocupar, pois ela ainda não me deu qualquer notícia, apesar de já fazer duas semanas que partiu.
- (B) Já fazem duas semanas e eis que ela ainda não me deu notícias, muito embora eu confesse que começo a me preocupar.
- (C) Como até agora ela não me deu nenhuma notícia, confesso que começo a me preocupar pelo fato de já haver partido fazem duas semanas.
- (D) Já fez duas semanas de sua partida e até agora ela não me deu alguma notícia, posto que, confesso, começo a ficar preocupado.
- (E) Desde que ela não me deu qualquer notícia, visto que fazem duas semanas que partiu, confesso que começo a preocupar-me.

30. O tratamento pronominal mostra-se adequado à norma culta na frase:

- (A) Se nunca te prometi nada, o que está a me cobrar?
- (B) Se quiseres ir já, vá, que ninguém está a impedi-lo.
- (C) Vossa Excelência apreciastes a nossa apresentação?
- (D) Se todos vocês houvessem aceitado a proposta, não estaríeis arrependidos.
- (E) Quando é que vocês vão fazer o que lhes pedi?

MATEMÁTICA

31. A companhia de fornecimento de energia elétrica de uma cidade cobra mensalmente R\$ 0,20 por kwh pelos primeiros 100 kwh consumidos e, R\$ 0,25 por kwh pelo consumo que ultrapassar 100 kwh. Sabendo-se que o valor total de uma conta, em R\$, será calculado multiplicando-se o consumo total de energia em kwh por um fator C determinado segundo as regras de cobrança descritas acima, o valor de C para uma conta com consumo total de 250 kwh será igual a

- (A) 0,21
- (B) 0,22
- (C) 0,23
- (D) 0,24
- (E) 0,25

32. O preço de um determinado produto vendido a granel é R\$ 20,00 o quilograma. Se a pesagem do produto for feita sem descontar a massa de 50 gramas da embalagem descartável, um consumidor só irá levar um quilograma do produto se pagar

- (A) R\$ 20,40
- (B) R\$ 20,50
- (C) R\$ 21,00
- (D) R\$ 21,40
- (E) R\$ 21,50

33. Uma copiadora publicou a seguinte tabela de preços:

Número de cópias de um mesmo original	Preço por cópia
De 1 a 49	R\$ 0,10
50 ou mais	R\$ 0,09

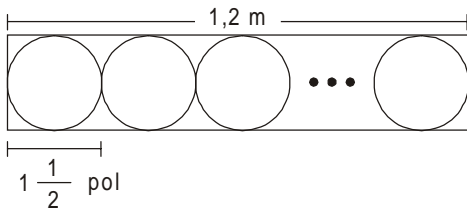
Segundo os dados da tabela, uma pessoa que dispõe da quantia exata de R\$ 4,90 para fazer cópias de um mesmo original poderá solicitar no máximo

- (A) 50 cópias.
- (B) 51 cópias.
- (C) 52 cópias.
- (D) 53 cópias.
- (E) 54 cópias.

34. Um museu dispõe de 13 funcionários treinados para atender o público visitante, sendo que cada um deles pode acompanhar grupos de no máximo 6 pessoas. Se o museu decide alocar os 13 funcionários para atender um grupo de 74 alunos de uma escola, o menor número de estudantes que um dos grupos poderá ter é igual a

- (A) 1
- (B) 2
- (C) 3
- (D) 4
- (E) 5

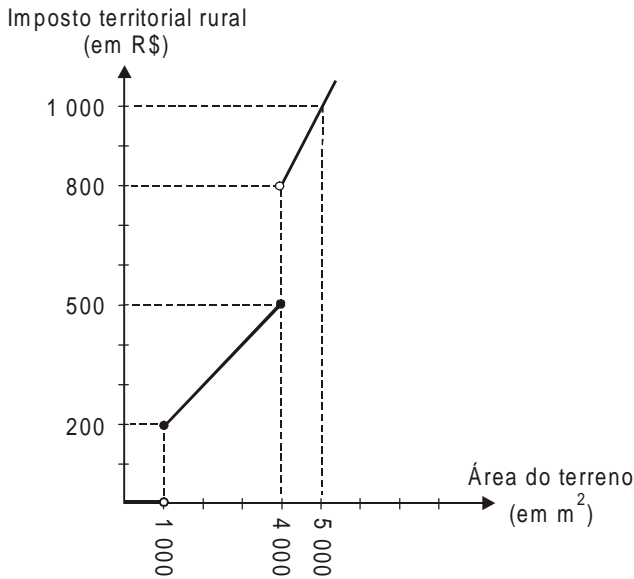
35. O sistema de tubulação de um prédio prevê a instalação de tubos de $1\frac{1}{2}$ polegadas de diâmetro numa extensão de 1,2 metros, conforme indica a figura abaixo:



- Sabendo que 1 polegada equivale a 25 mm, o total de tubos utilizados na instalação será igual a
- (A) 32
(B) 30
(C) 26
(D) 18
(E) 10
36. Um atleta que completou a distância de 10 quilômetros em 45 minutos percorreu cada quilômetro no tempo médio de
- (A) 4 minutos e 50 segundos.
(B) 4 minutos e 45 segundos.
(C) 4 minutos e 40 segundos.
(D) 4 minutos e 35 segundos.
(E) 4 minutos e 30 segundos.
37. O cometa Halley é visto da Terra de 76 em 76 anos, tendo sido visto a última vez em 1986. Sabendo-se que em 2002 será realizada uma copa do mundo de futebol, e que esse evento ocorre de 4 em 4 anos, a próxima data prevista para que o cometa Halley seja visto em um ano de realização de uma copa do mundo de futebol será
- (A) 2062
(B) 2138
(C) 2214
(D) 2290
(E) 2366
38. Em janeiro, uma loja em liquidação decidiu baixar todos os preços em 10%. No mês de março, frente a diminuição dos estoques a loja decidiu reajustar os preços em 10%. Em relação aos preços praticados antes da liquidação de janeiro, pode-se afirmar que, no período considerado, houve
- (A) um aumento de 0,5%
(B) um aumento de 1%
(C) um aumento de 1,5%
(D) uma queda de 1%
(E) uma queda de 1,5%

39. Até recentemente, a estimativa para a frequência cardíaca máxima (F) tolerada por indivíduos em condições de esforço físico extremo era dada pela fórmula $F = 220 - i$, com i sendo a idade do indivíduo em anos. Novos estudos sobre o tema apontam agora que a fórmula mais adequada para a estimativa de F a partir de i é dada por $F = 208 - 0,7i$. Comparando a fórmula antiga com a nova, é possível afirmar que não houve alteração na estimativa para a frequência cardíaca máxima (F) para indivíduos com
- (A) mais de 30 anos.
(B) 30 anos.
(C) menos de 40 anos.
(D) 40 anos.
(E) mais de 50 anos.
40. O lucro total (L) de uma empresa em função da quantidade de mercadorias vendidas (q) pode ser obtido pela fórmula $L(q) = (-q + 100) \cdot (q - 150)$. Nestas condições, o intervalo de variação de q para que a empresa esteja sempre trabalhando com lucro positivo é
- (A) $q > 100$
(B) $q > 150$
(C) $0 < q < 100$
(D) $0 < q < 150$
(E) $100 < q < 150$
41. Segundo previsões da divisão de obras de um município, serão necessários 120 operários para construir 600 m de uma estrada em 30 dias de trabalho. Sabendo-se que o município poderá disponibilizar apenas 40 operários para a realização da obra, os primeiros 300 m da estrada estarão concluídos em
- (A) 45 dias.
(B) 50 dias.
(C) 55 dias.
(D) 60 dias.
(E) 65 dias.

42. O valor do imposto territorial rural cobrado por um município varia em função da área de cada terreno de acordo com o seguinte gráfico:



A tabela que melhor representa as informações do gráfico é

(A)

Área do terreno (x)	Imposto territorial rural (em R\$)
Menos de 1000 m ²	Isento
De 1 000 até 4 000 m ²	0,1 x
Acima de 4 000 m ²	0,2 x

(B)

Área do terreno (x)	Imposto territorial rural (em R\$)
Menos de 1000 m ²	Isento
De 1 000 até 4 000 m ²	0,1 x + 100
Acima de 4 000 m ²	0,2 x

(C)

Área do terreno (x)	Imposto territorial rural (em R\$)
Menos de 1000 m ²	Isento
De 1 000 até 4 000 m ²	0,1 x + 100
Acima de 4 000 m ²	0,05 x

(D)

Área do terreno (x)	Imposto territorial rural (em R\$)
Menos de 1000 m ²	Isento
De 1 000 até 4 000 m ²	0,2 x
Acima de 4 000 m ²	0,2 x + 100

(E)

Área do terreno (x)	Imposto territorial rural (em R\$)
Menos de 1000 m ²	Isento
De 1 000 até 4 000 m ²	0,1 x
Acima de 4 000 m ²	0,2 x + 100

43. Observe os dados apresentados na tabela abaixo:

X	Y	X ÷ Y
2	3	0,6666...
5	6	0,8333...
1	2	0,5

Se S for a soma dos três resultados apresentados na coluna X ÷ Y, é correto afirmar que S

- (A) é divisível por 3.
 (B) é múltiplo de 5.
 (C) é um número par.
 (D) é uma dízima periódica sem representação decimal finita.
 (E) não pode ser calculado porque não podemos somar dízimas periódicas.

44. O caixa automático de um banco possui notas de 2, 5, 10 e 50 reais para operações de saque e está programado para disponibilizar sempre o menor número possível de notas para o sacador. Nestas condições, um único saque de R\$ 298,00 implicará um total de notas igual a

- (A) 10
 (B) 11
 (C) 12
 (D) 13
 (E) 14

45. Desprezando-se qualquer tipo de perda, ao se adicionar 100 g de ácido puro a uma solução que contém 40 g de água e 60 g deste ácido, obtém-se uma nova solução com

- (A) 75% de ácido.
 (B) 80% de ácido.
 (C) 85% de ácido.
 (D) 90% de ácido.
 (E) 95% de ácido.

ATUALIDADES

<p>46. Segundo informaram as fontes oficiais, o racionamento de energia elétrica no país terminou em março porque</p> <p>(A) há meios para construção, em curto prazo, de usinas termoelétricas suficientes para atender à demanda.</p> <p>(B) se pensa em lançar mão, brevemente, de meios alternativos de produção de eletricidade, como, por exemplo, a energia eólica.</p> <p>(C) será aproveitado o movimento das marés, muito fortes no vasto litoral brasileiro, para acionar turbinas geradoras de energia.</p> <p>(D) as usinas atômicas já instaladas poderão acudir a todo o país, em caso de necessidade.</p> <p>(E) o nível atingido pelas águas nos reservatórios é suficiente para garantir o fornecimento da energia necessária neste ano.</p>	<p>49. Conforme notícia a imprensa, o Brasil vem-se destacando internacionalmente na área da Saúde pela eficácia de seu programa de</p> <p>(A) erradicação da malária.</p> <p>(B) prevenção contra o vírus de tipo 3 da dengue.</p> <p>(C) vacinação anual contra a varíola.</p> <p>(D) combate à febre amarela urbana.</p> <p>(E) tratamento e prevenção da AIDS.</p>
<p>47. A recente crise que afastou do governo federal um dos partidos políticos que lhe davam sustentação no Congresso teve como causa imediata</p> <p>(A) a denúncia de violação e manipulação de computadores utilizados em votação secreta no Congresso.</p> <p>(B) a invasão, pela Polícia Militar, da residência da autoridade maior do governo de um estado do Nordeste.</p> <p>(C) o cumprimento, pela Polícia Federal, de um mandado judicial de busca e apreensão de documentos.</p> <p>(D) a apuração do desvio de verbas destinadas à construção de um prédio da Justiça do Trabalho.</p> <p>(E) a comprovação do superfaturamento em obras viárias de diversos governos estaduais.</p>	<p>50. Um fato preocupante, segundo os demógrafos, é a mudança, que se vem observando no mundo todo,</p> <p>(A) na porcentagem de jovens, que ultrapassa crescentemente a dos adultos aptos a trabalhar para sustentá-los.</p> <p>(B) na média de idade da população, com o crescente aumento da porcentagem de idosos.</p> <p>(C) na média de probabilidade de anos de vida, que diminui incessantemente.</p> <p>(D) na taxa de natalidade, crescente tanto nos países ricos quanto nos pobres.</p> <p>(E) nas taxas de mortalidade infantil, que vêm aumentando tanto nos países pobres quanto nos ricos.</p>
<p>48. Vêm sendo denunciadas como ação protecionista prejudicial às exportações brasileiras certas medidas de sobretaxação recentemente anunciadas</p> <p>(A) pelos Estados Unidos, com relação ao aço.</p> <p>(B) pela União Européia, com relação à carne bovina.</p> <p>(C) pela China, com relação aos cítricos.</p> <p>(D) pelo México, com relação à Embraer.</p> <p>(E) pelo Canadá, com relação ao frango.</p>	<p>51. A dengue é transmitida pela picada</p> <p>(A) da <i>stegomyia fasciata</i>, mosquito que só ataca à noite.</p> <p>(B) de um inseto díptero, da família dos simulídeos, conhecido também por <i>borrachudo</i>.</p> <p>(C) do <i>aedes aegypti</i>, transmissor também da febre amarela.</p> <p>(D) do <i>culex pipiens</i>, conhecido por <i>pernilongo</i> ou <i>muriçoca</i>.</p> <p>(E) de um mosquito do gênero <i>anopheles</i>, transmissor também da malária.</p> <p>52. O chamado Protocolo de Quioto, que o Brasil, como outros países do mundo todo, subscreveu, não foi ratificado pelos Estados Unidos, muito embora vise a</p> <p>(A) preservar condições ambientais que coíbam o crescente aquecimento do clima mundial.</p> <p>(B) favorecer os países ricos, aceitando altas taxas de dióxido de carbono na atmosfera.</p> <p>(C) possibilitar ao Primeiro Mundo a expansão ilimitada de suas indústrias.</p> <p>(D) facultar aos países do Terceiro Mundo o livre desmatamento de suas reservas florestais.</p> <p>(E) impedir no mundo inteiro a possibilidade de esgotamento de reservas minerais.</p>

<p>53. Um dos mais graves problemas das cidades brasileiras é o da destinação final do lixo, caseiro ou industrial. No entanto, não só ambientalistas como economistas estão de acordo em que bastaria</p> <p>(A) disponibilizar rapidamente grandes áreas de despejo, como solução mais prática e eficiente.</p> <p>(B) fazer a compostagem dos produtos orgânicos e a reciclagem dos inorgânicos, obtendo lucro e resolvendo a destinação dos resíduos.</p> <p>(C) construir um número elevado de fornos de incineração, solução mais higiênica e eficaz por permitir acomodar em pequeno espaço as cinzas resultantes.</p> <p>(D) tornar mais higiênicos os lixões a céu aberto, canalizando adequadamente o chorume, líquido fétido neles produzido.</p> <p>(E) manter os depósitos a céu aberto, organizando os catadores que neles buscam restos aproveitáveis para fazerem também a limpeza.</p>	<p>57. Os meios de comunicação mencionaram, recentemente, a comemoração dos oitenta anos da Semana de Vinte e Dois, referindo-se</p> <p>(A) à revolta dos Dezoito de Copacabana contra o governo do então presidente Artur Bernardes.</p> <p>(B) aos festejos do primeiro centenário da proclamação da independência do Brasil.</p> <p>(C) à realização da Semana de Arte Moderna, em São Paulo, por um grupo de artistas e intelectuais.</p> <p>(D) à identificação, por sanitaristas brasileiros, da causa da dengue.</p> <p>(E) à campanha de vacinação antivariólica obrigatória, promovida por Oswaldo Cruz.</p>
<p>54. A Argentina vem passando por grave crise econômica, cuja causa mais próxima seria, segundo os especialistas,</p> <p>(A) a súbita e violenta queda em suas exportações para a Europa e Estados Unidos.</p> <p>(B) a negativa a participar da constituição de um mercado comum nas Américas.</p> <p>(C) a adoção do câmbio flutuante, que desestabilizou o mercado de pagamentos.</p> <p>(D) a precariedade de suas instituições políticas nos últimos dez anos.</p> <p>(E) a insistência em manter por prazo excessivo a paridade entre o peso e o dólar.</p>	<p>58. O atentado contra as torres gêmeas do World Trade Center, de Nova Iorque, e o Pentágono, em Washington, teve como consequência</p> <p>(A) a declaração de guerra dos Estados Unidos contra o Iraque, que deu refúgio aos terroristas responsáveis.</p> <p>(B) a invasão do Paquistão por forças internacionais, visando a coibir novas ações terroristas.</p> <p>(C) o apelo da ONU para que os terroristas se conscientizassem de estar atingindo populações civis.</p> <p>(D) a intervenção militar americana no Afeganistão, em busca do principal chefe terrorista.</p> <p>(E) a retomada das ações bélicas dos Estados Unidos contra o Irã, de onde partiram as ações terroristas.</p>
<p>55. Dados divulgados pelo IBGE, por ocasião do Dia Internacional da Mulher, revelam que esta</p> <p>(A) vem assumindo em proporção crescente a responsabilidade pelo sustento e pela chefia da família.</p> <p>(B) tem diminuído, por pressão da sociedade, sua participação no mercado de trabalho.</p> <p>(C) encontra atualmente dificuldade de emprego, por ser reduzido o número de graduadas em universidades.</p> <p>(D) não encara seriamente a perspectiva de uma carreira profissional, que põe de lado por um casamento vantajoso.</p> <p>(E) se recusa, mesmo arriscando o futuro profissional, a seguir carreiras que possam prejudicar sua feminilidade.</p>	<p>59. Em 12 de março, o Conselho de Segurança da ONU aprovou uma resolução, motivada pela escalada da violência, no Oriente Médio, entre israelenses e palestinos. Essa resolução</p> <p>(A) aconselha a união dos territórios de ambas as populações em conflito.</p> <p>(B) preconiza a integração religiosa entre as duas populações em conflito.</p> <p>(C) sugere o estabelecimento de novos campos de refugiados.</p> <p>(D) apóia a criação de um estado palestino.</p> <p>(E) recomenda a migração de uma das populações.</p>
<p>56. Novela de televisão que vem obtendo muito sucesso aborda assunto que despertou enorme interesse no mundo todo, por ocasião do nascimento da ovelha Dolly, e vem sendo tema de discussão de caráter tanto científico quanto religioso. Trata-se da novela</p> <p>(A) <i>Desejos de mulher.</i></p> <p>(B) <i>Por amor.</i></p> <p>(C) <i>Amor e ódio.</i></p> <p>(D) <i>O clone.</i></p> <p>(E) <i>Coração de estudante.</i></p>	<p>60. O Conselho Nacional de Recursos Hídricos, cumprindo o que já previa a lei, decidiu recentemente que as indústrias e companhias de saneamento que captam água do rio Paraíba do Sul, nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro,</p> <p>(A) poderão continuar a usar livremente essa água, o que sem dúvida irá aumentar a poluição do rio.</p> <p>(B) deverão pagar pelo uso dessa água uma taxa, que será menor se a devolverem tratada.</p> <p>(C) não poderão mais usar essa água, pois tal uso vem causando seca nas regiões antes irrigadas pelo rio.</p> <p>(D) continuarão a ter acesso ao uso dessa água até começarem a usar outros recursos hídricos.</p> <p>(E) poderão usar essa água, desde que se comprometam a manter as matas ciliares que protegem o rio.</p>

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

61. Nos termos das normas edilícias da Prefeitura Municipal de São Paulo, em único processo, referente a um mesmo imóvel, qual o número de pedidos a ser analisado?

- (A) Um apenas.
- (B) Dois, no máximo.
- (C) Três, no máximo.
- (D) Quatro, no máximo.
- (E) Todos os formulados.

62. Os pedidos serão indeferidos, estando os processos incompletos ou incorretos, caso o "comunique-se" não seja atendido num prazo, a contar da data de publicação da chamada, de

- (A) 15 dias.
- (B) 30 dias.
- (C) 45 dias.
- (D) 60 dias.
- (E) 90 dias.

63. São classificados como Pólos Geradores de Tráfego:

- (A) edifícios de prestação de serviços de saúde com área computável superior a 7 500 m².
- (B) edificações de habitações com área computável de 1 500 m².
- (C) construções ou edifícios destinados a exercícios físicos ou esportes com área de 1 500 a 2 000 m².
- (D) edifícios de habitação com capacidade de estacionar, no mínimo, 300 veículos.
- (E) edificações não residenciais que oferecem um número de vagas de estacionamento igual ou superior a 50.

64. Em São Paulo, a distância máxima permitida de um lote, à via principal, medida ao longo do eixo da via que lhe dá acesso, é de

- (A) 100 metros.
- (B) 200 metros.
- (C) 300 metros.
- (D) 400 metros.
- (E) 500 metros.

65. As atividades de escola de dança e música, sapateiro, imobiliárias e bilhar são classificadas como categoria

- (A) C
- (B) S
- (C) E
- (D) R
- (E) I

66. O Auto de Multa será lavrado em decorrência do Auto de Infração e, nele, NÃO é obrigatório constar

- (A) identificação do infrator.
- (B) importância da multa e base de cálculo.
- (C) local, data e hora da lavratura.
- (D) descrição da infração.
- (E) identificação dos Policiais Militares que acompanharam a lavratura.

67. Em São Paulo, quanto ao canteiro de obras, sabe-se que,

- (A) para todas as construções, é obrigatório o fechamento no alinhamento, por alvenaria ou tapume com altura mínima de 2,20 m.
- (B) durante o desenvolvimento de serviços de fachada nas obras situadas no alinhamento, ou dele afastadas até 1,00 m, será obrigatório, mediante emissão de Alvará de Autorização, o avanço do tapume sobre o passeio.
- (C) quando necessário, o avanço do tapume poderá ocupar no máximo $\frac{1}{3}$ da largura do passeio.
- (D) quando a largura livre do passeio resultar inferior a 0,90 m, e se tratar de obra em logradouro sujeito a intenso tráfego de veículos, deverá ser solicitada autorização para desviar-se o tráfego de pedestres para parte protegida do leito carroçável.
- (E) se necessário, o avanço do tapume poderá tomar, no máximo, $\frac{1}{4}$ da largura do passeio.

68. NÃO é hábil à comprovação da regularidade da atividade edilícia em execução:

- (A) o alvará de autorização e peças gráficas e/ou descritivas vistas.
- (B) o alvará de execução e peças gráficas e/ou descritivas vistas.
- (C) o alvará de licença para residência unifamiliar e peças gráficas e/ou descritivas vistas.
- (D) a comunicação aceita e peças gráficas e/ou descritivas vistas.
- (E) a comunicação para execução de restauro e peças gráficas e/ou descritivas vistas.

69. O agente fiscalizador, quando constata a existência de obra cujo documento comprobatório de regularidade não se encontra no local de sua execução, deve lavrar Autos de

- (A) Intimação, de Infração, de Embargo e de Multa.
- (B) Infração e de Multa, apenas.
- (C) Infração, de Intimação e de Multa.
- (D) Intimação, de Multa e de Embargo.
- (E) Intimação e de Infração, apenas.

<p>70. Considera-se desvirtuamento da licença concedida e, conseqüentemente, motivo de lavratura de Auto de Infração e de Multa</p> <p>(A) a divergência igual ou inferior a 5% entre as metragens lineares e/ou quadradas da edificação, constantes do projeto aprovado e as observadas na obra executada.</p> <p>(B) qualquer alteração da compartimentação horizontal.</p> <p>(C) aquelas que não impliquem alteração da estrutura, da compartimentação vertical e da volumetria da edificação.</p> <p>(D) as alterações que não impliquem supressão ou acréscimo de área, admitida a tolerância de 5% em suas metragens.</p> <p>(E) a alteração na forma e tratamento de fachadas.</p>	<p>73. Em se tratando de uso em situação irregular, instalado em local onde é permitido, em edificação regularizada, conforme em relação à zona de uso, causando comprovado transtorno ou incômodo à vizinhança, o agente fiscalizador deverá expedir Auto de</p> <p>(A) Notificação concedendo prazo de 90 dias para a cessação da irregularidade.</p> <p>(B) Intimação concedendo 10 dias para a cessação da irregularidade.</p> <p>(C) Intimação concedendo prazo de 30 dias para a cessação da irregularidade.</p> <p>(D) Intimação concedendo 5 dias para a cessação da irregularidade.</p> <p>(E) Interdição do Local.</p>
<p>71. Em qual das situações abaixo elencadas a reincidência da infração NÃO é cobrada em dobro?</p> <p>(A) Excesso de lotação nos recintos em que se realizem sessões cinematográficas e congêneres.</p> <p>(B) Projeção de filme ou dispositivos de propaganda comercial nas sessões cinematográficas, cujo ingresso seja pago.</p> <p>(C) Trânsito de boiadas a pé pelas ruas, avenidas, praças e estradas que atravessam o Município de São Paulo.</p> <p>(D) Desacato a qualquer agente fiscal no exercício de suas funções.</p> <p>(E) Falta de asseio nas instalações sanitárias de bares, cafés, confeitarias, restaurantes, mercados, postos de gasolina, casa de diversões, clubes de jogos ou esportivos e estabelecimentos congêneres.</p>	<p>74. No que toca a definição dos procedimentos de fiscalização e do funcionamento de atividades em imóveis, é importante o emprego de terminologia adequada. A esse respeito, aponte a alternativa INCORRETA.</p> <p>(A) Vistoria é a diligência realizada por agente fiscalizador, visando a verificar o efetivo cumprimento das normas legais no imóvel.</p> <p>(B) Auto de Intimação ou de Notificação é aquele lavrado para dar conhecimento, ao eventual infrator, de ato praticado por autoridade ou de ordem, determinando as providências para sanar a irregularidade constatada.</p> <p>(C) Auto de Constatação é aquele lavrado em decorrência do descumprimento do Auto de Intimação, caracterizado pelo rompimento do lacre colocado pela autoridade competente.</p> <p>(D) Auto de Multa é aquele lavrado em decorrência do Auto de Infração, constituindo-se na aplicação de sanção administrativa de caráter pecuniário.</p> <p>(E) Auto de Infração é aquele lavrado pelo Agente Fiscalizador no local em que constatou a ocorrência da irregularidade.</p>
<p>72. Nos termos da Legislação do Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo,</p> <p>(A) nos lotes com frente e acesso para vias de circulação com largura de até 10,00 m somente será permitida a instalação das categorias R1 e R2.01.</p> <p>(B) nos lotes com frente e acesso para ruas sem saída, com largura entre 10,00 m e 12,00 m, somente será permitida a instalação das categorias de uso R1, R2.01, C1 e S1.</p> <p>(C) nos lotes com frente e acesso para ruas sem saída, com largura igual ou superior a 12,00 m, somente será permitida a instalação das categorias de uso R1, R2, R3, C1 e S1.</p> <p>(D) nos lotes com frente e acesso para vias de circulação com largura inferior a 12,00 m, mas não inferior a 10,00 m, somente será permitida a instalação das categorias de uso R1, R2-01, R2-02, C1, S1 e E1.</p> <p>(E) as categorias de uso C2, S2, E2 ou I1, instaladas em edificação com área não superior a 500,00 m² e que obedece ao recuo mínimo de 12,00 m, contado a partir do eixo da via, são permitidas em lotes que tenham frente e acesso para vias de circulação inferior a 12,00 m.</p>	<p>75. De acordo com a zona em que se situa, o uso de um lote será classificado como</p> <p>(A) Conforme ou não conforme.</p> <p>(B) Conforme ou sujeito a controle especial.</p> <p>(C) Não conforme ou desconforme.</p> <p>(D) Conforme, não conforme ou sujeito a controle especial.</p> <p>(E) Conforme ou desconforme.</p> <p>76. Logradouros ou trechos de logradouros públicos são enquadrados na zona de usos especiais Z8, com a denominação de Corredores de Uso Especial. Quantos são os tipos básicos desses Corredores, não se considerando as respectivas subdivisões?</p> <p>(A) 4</p> <p>(B) 5</p> <p>(C) 6</p> <p>(D) 7</p> <p>(E) 8</p>

<p>77. É obrigatória, nos terrenos não edificados, com frente para vias e logradouros públicos dotados de pavimentação ou de guias e sarjetas, a execução, nos respectivos alinhamentos, de gradil, muro ou outro tipo adequado de fecho. Esses fechamentos</p> <p>(A) não poderão ser executados com materiais ou formatos que possam atentar contra a integridade física dos pedestres.</p> <p>(B) deverão ter altura de 1,20 m em relação ao nível do logradouro e ser providos de portão, salvo quando não houver trânsito de pedestres pelo terreno.</p> <p>(C) poderão ter altura superior a 1,20 m desde que, acima dessa medida, sejam executados de forma a apresentar 30% ou mais de suas superfícies uniformemente vazadas.</p> <p>(D) deverão apresentar, independentemente do material escolhido, mureta de base com o mínimo de 0,70 m de altura em relação ao nível do logradouro.</p> <p>(E) não poderão ser do tipo gradil ou do tipo alambrado, quando em materiais metálicos.</p>	<p>81. É INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) gleba é a área de terra que não foi objeto de loteamento ou desmembramento.</p> <p>(B) remembramento de glebas é a soma das áreas de duas ou mais glebas, para a formação de novas glebas.</p> <p>(C) lote é a área resultante de loteamento, desmembramento ou desdobro, com pelo menos uma divisa linceira à via de circulação.</p> <p>(D) remembramento de lotes é a soma das áreas de dois ou mais lotes, para a formação de novos lotes.</p> <p>(E) desdobro é o parcelamento da gleba resultante de remembramento.</p>
<p>78. O gradil, fecho ou muro de alinhamento, cuja construção, reconstrução ou preservação esteja em desacordo com as normas técnicas, legais ou estabelecidas em regulamento, é considerado inexistente. Considera-se fechamento em mau estado de preservação aquele que, independente da extensão da testada do imóvel, apresenta-se parcialmente destruído, por metro linear, em mais de</p> <p>(A) 10% da área de sua elevação.</p> <p>(B) 15% da área de sua elevação.</p> <p>(C) 20% da área de sua elevação.</p> <p>(D) 25% da área de sua elevação.</p> <p>(E) 30% da área de sua elevação.</p>	<p>82. Com vistas à recuperação da permeabilidade do solo, do equilíbrio ambiental e da qualidade de vida no Município de São Paulo, os órgãos públicos da Administração Direta e Indireta, Autarquias e Empresas Mistas deverão constituir "calçadas verdes" nos prédios em que funcionem. A respeito dessas "calçadas verdes", sabe-se que</p> <p>(A) sua execução, em quaisquer logradouros, independe de autorização da Administração Regional competente.</p> <p>(B) deverá ser respeitada, na sua execução, a faixa mínima de 0,80 m, necessária ao livre e seguro trânsito de pedestres.</p> <p>(C) os passeios, para receberem o plantio de árvores, deverão ter a largura mínima de 1,20 m, nos logradouros onde o recuo de frente for obrigatório, e 2,00 m naqueles onde são permitidas edificações no alinhamento.</p> <p>(D) os passeios que receberem somente ajardinamento deverão ter a largura mínima de 1,20 m.</p> <p>(E) os passeios, para receberem simultaneamente o plantio de árvores e ajardinamento deverão ter largura mínima de 1,50 m, nos logradouros onde o recuo de frente for obrigatório e 2,40 m naqueles onde são permitidas edificações no alinhamento.</p>
<p>79. As irregularidades constatadas, acerca da execução de fechamento de terrenos não edificados, com frente para vias e logradouros públicos dotados de pavimentação ou de guias e sarjetas, serão objeto de notificação aos responsáveis, que deverão saná-las no prazo improrrogável de</p> <p>(A) 15 dias.</p> <p>(B) 30 dias.</p> <p>(C) 45 dias.</p> <p>(D) 60 dias.</p> <p>(E) 90 dias.</p>	<p>83. Nas obras ou serviços que se desenvolvem a mais de 9,00 m de altura será obrigatória a execução de plataforma de segurança a cada</p> <p>(A) 8,00 m ou 3 pavimentos e vedação externa que envolva totalmente a obra ou serviço.</p> <p>(B) 8,00 m ou 3 pavimentos e vedação fixa externa em toda a altura da construção (andaimes fachadeiros).</p> <p>(C) 9,00 m ou 3 pavimentos e vedação externa que envolva totalmente a construção.</p> <p>(D) 9,00 m ou 2 pavimentos e vedação fixa externa em toda a altura da construção (andaimes fachadeiros).</p> <p>(E) 10,00 m ou 2 pavimentos e vedação externa fixa em toda a altura da construção (andaimes fachadeiros).</p>
<p>80. Em São Paulo, a abertura de gárgulas sob o passeio, para o escoamento de águas pluviais, e o rebaixamento de guias, para acesso de veículos, devem ser executados</p> <p>(A) pelo proprietário, pelo titular do domicílio útil ou da nua propriedade, ou pelo possuidor do imóvel, a qualquer título.</p> <p>(B) pelas concessionárias de serviço público.</p> <p>(C) pela União, pelo Estado, pelo Município e entidades de sua Administração Indireta, inclusive autarquias, em relação a próprios de seu respectivo domínio, posse, guarda ou administração.</p> <p>(D) pela Prefeitura Municipal.</p> <p>(E) pelas concessionárias de utilidade pública e pelas entidades a elas equiparadas.</p>	

<p>84. Nos prédios da cidade de São Paulo, cuja construção não permita o escoamento para o interior de águas de lavagem do prédio, a lavagem e a limpeza do passeio deverão ser feitas entre as</p> <p>(A) 23 e 9 horas, e no perímetro central entre 23 e 7 horas.</p> <p>(B) 22 e 8 horas, e no perímetro central entre 23 e 7 horas.</p> <p>(C) 23 e 6 horas, e no perímetro central entre 22 e 8 horas.</p> <p>(D) 19 e 5 horas, e no perímetro central entre 20 e 7 horas.</p> <p>(E) 19 e 6 horas, e no perímetro central entre 21 e 6 horas.</p>	<p>88. O documento gerado a pedido do minerador e conhecido como LEIO é uma Licença</p> <p>(A) para Extração, Instalação e Operação.</p> <p>(B) para Extração, Instalação e Obras.</p> <p>(C) Especial de Instalação e Operação.</p> <p>(D) Excepcional de Instalação e Operação.</p> <p>(E) Especial para Instalação e Obras.</p>
<p>85. Em São Paulo, SOMENTE será autorizada a instalação de guarita que</p> <p>(A) tenha característica de obra permanente.</p> <p>(B) ocupe, no máximo, metade da largura do passeio.</p> <p>(C) deixe livre para a passagem de pedestres, 0,50 m, no mínimo.</p> <p>(D) fique, total ou parcialmente, sobre o leito carroçável da via pública.</p> <p>(E) tenha dimensões horizontais não superiores a 1,50 m e que sua altura não seja superior a 2,50 m.</p>	<p>89. No que respeita à execução de obras e serviços nas vias e logradouros públicos, é certo que</p> <p>(A) nenhuma obra ou serviço em logradouro público poderá ser iniciada sem prévia autorização expedida pelo Departamento de Patrimônio da Prefeitura do Município de São Paulo.</p> <p>(B) a execução de serviços, classificados pelo proprietário do equipamento como de emergência, poderá por ele ser iniciada independente de qualquer comunicação à Prefeitura.</p> <p>(C) a utilização das vias públicas e obras de arte do Município de São Paulo, para implantação de equipamentos urbanos de infra-estrutura, independe do recolhimento aos cofres públicos de qualquer preço público.</p> <p>(D) a desobediência às disposições que disciplinam o uso das vias e logradouros públicos, para fins de qualquer natureza, sujeita o infrator à retirada dos equipamentos independente de prévia notificação.</p> <p>(E) a execução de obra ou serviço em logradouro público será acompanhada pela Administração Regional competente, a quem também compete notificar o permissionário para corrigir qualquer inobservância ao projeto aprovado.</p>
<p>86. Entende-se por mobiliário urbano, dentre outros:</p> <p>(A) caixas de correio, abrigos de ônibus e postes de iluminação pública.</p> <p>(B) telefones públicos, lixeiras e bancas de jornal.</p> <p>(C) lixeiras, abrigos de ônibus e máquinas automáticas operadas por meio de fichas.</p> <p>(D) caixas de correio, lixeiras e placas de sinalização.</p> <p>(E) telefones públicos, abrigos de ônibus e cabines de cartões de visita expressos.</p>	<p>90. Quanto à instalação de bancas de jornais e revistas em logradouros públicos, é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) é permitida, a qualquer tempo, a transferência da permissão para instalação de banca de jornal e revistas, mediante anuência do proprietário e prévia aprovação da Prefeitura.</p> <p>(B) no primeiro ano da permissão, o pagamento do preço será efetuado de uma só vez; e nos subsequentes em 4 parcelas trimestrais.</p> <p>(C) o valor do preço anual e a forma de seu pagamento pelo permissionário são fixados por decreto, conforme a localização dos pontos outorgados.</p> <p>(D) para as bancas com área superior a 16 m², o preço a ser pago pelo permissionário será acrescido de percentuais definidos pelo decreto regulamentador.</p> <p>(E) as permissões de uso serão outorgadas, $\frac{2}{3}$ através de licitação e $\frac{1}{3}$ através de sorteio público.</p>

<p>91. Quanto às farmácias e drogarias, é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) as farmácias e drogarias somente poderão funcionar aos sábados, das 13:00 às 21:00 horas, e, aos domingos e feriados, das 8:00 às 21:00 horas, atendendo ao plantão obrigatório estabelecido em sistema de rodízio.</p> <p>(B) durante o horário noturno, compreendido das 21:00 e as 8:00 horas do dia seguinte, todas as farmácias e drogarias poderão funcionar, independente de qualquer escala.</p> <p>(C) sempre que permanecerem fechadas, as farmácias e drogarias afixarão, obrigatoriamente, em lugar visível, cartaz indicativo de todas as congêneres, de plantão, no respectivo setor.</p> <p>(D) a escala de plantão deverá ser cumprida pelas farmácias e drogarias designadas pela Secretaria Municipal de Saúde, sob pena da aplicação de multa e demais sanções cabíveis.</p> <p>(E) é competência da Secretaria de Administrações Regionais a fiscalização de farmácias e drogarias, em especial quanto ao cumprimento das escalas de plantão.</p>	<p>94. As pessoas portadoras de cegueira, paralisia, falta de membros inferiores ou superiores ou outras deficiências que se equiparam, são enquadradas na seguinte categoria de ambulantes:</p> <p>(A) deficiente físico de natureza grave (DFNG).</p> <p>(B) deficiente físico de capacidade reduzida (DFCR).</p> <p>(C) fisicamente incapaz (FI).</p> <p>(D) capacidade física reduzida (CFR).</p> <p>(E) deficientes físicos (DF).</p>
<p>92. Para o licenciamento de estabelecimento de venda de fogos de artifício, a legislação municipal paulistana estabelece uma série de exigências. Dentre as discriminadas a seguir, qual NÃO atende às disposições legais?</p> <p>(A) Apresentação de laudo de vistoria prévia, fornecido pela Associação Brasileira de Pirotecnia – ASSOBRAPI, assinado por engenheiro químico.</p> <p>(B) Alvará da Divisão de Produtos Controlados, da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo.</p> <p>(C) Edificação construída em alvenaria e com fiação elétrica totalmente embutida em conduítes no estabelecimento varejista situado em lojas.</p> <p>(D) Instalações em aço ou em outro material não inflamável para o armazenamento de exposição dos produtos, em se tratando de comércio varejista.</p> <p>(E) Imóvel dotado de sistema de prevenção de incêndio, de acordo com a legislação em vigor, possuindo pelo menos, um extintor de incêndio, de água pressurizada ou espuma mecânica, instalado junto ao quadro de força.</p>	<p>95. Os ambulantes que exercem a sua atividade em barracas não removíveis em locais previamente designados de vias e logradouros públicos são considerados ambulantes</p> <p>(A) efetivos.</p> <p>(B) de ponto móvel.</p> <p>(C) de ponto fixo.</p> <p>(D) permanentes.</p> <p>(E) sazonais.</p>
<p>93. Segundo disposição da Lei Orgânica do Município de São Paulo, a administração pública direta e indireta obedecerá, dentre outros, aos princípios de</p> <p>(A) legalidade, isonomia, coercibilidade e centralização.</p> <p>(B) legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade.</p> <p>(C) legitimidade, impessoalidade, centralização e transparência.</p> <p>(D) imperatividade, finalidade, unilateralidade e publicidade.</p> <p>(E) coercibilidade, auto-executoriedade, moralidade e isonomia.</p>	<p>96. A permissão de uso é uma outorga unilateral feita pelo Poder Público Municipal a pessoas físicas que satisfaçam as disposições legais. No caso dos ambulantes, é INCORRETO afirmar que a permissão de uso é um ato</p> <p>(A) unilateral, discricionário e precário.</p> <p>(B) administrativo utilizado para autorizar o comércio e prestação de serviços públicos nas vias e logradouros públicos.</p> <p>(C) que pressupõe o exercício de uma atividade de utilidade pública.</p> <p>(D) que não possui prazo fixo e pode ser revogado a qualquer tempo.</p> <p>(E) condicionado a tempo mínimo de residência e domicílio no Município de São Paulo.</p>
	<p>97. As torres, antenas e demais instalações de telecomunicações enquadram-se na categoria de</p> <p>(A) edificações.</p> <p>(B) mobiliário urbano.</p> <p>(C) obras em vias públicas.</p> <p>(D) equipamento de telecomunicação.</p> <p>(E) obra temporária de uso especial.</p>
	<p>98. Nos termos da Lei Orgânica do Município de São Paulo, são considerados auxiliares diretos do Prefeito:</p> <p>(A) subprefeitos e o vice-prefeito.</p> <p>(B) secretários municipais e o vice-prefeito.</p> <p>(C) secretários municipais e superintendentes ou diretores das autarquias.</p> <p>(D) secretários municipais e subprefeitos.</p> <p>(E) subprefeitos e superintendentes ou diretores das autarquias.</p>

<p>99. A Prefeitura Municipal de São Paulo determinará o horário de recolhimento regular do lixo no período diurno e noturno. O munícipe deverá colocar, no período diurno, os sacos de lixo, devidamente acondicionados,</p> <p>(A) no horário previsto para o início da coleta.</p> <p>(B) três horas antes deste horário.</p> <p>(C) até duas horas antes deste horário.</p> <p>(D) dentro de uma hora antes deste horário.</p> <p>(E) a qualquer hora do dia.</p>	<p>103. NÃO cabe a Prefeitura Municipal de São Paulo a remoção de</p> <p>(A) animais mortos, de pequeno porte.</p> <p>(B) resíduos ou materiais de varredura domiciliar.</p> <p>(C) resíduos considerados de alto risco, como definidos em legislação própria.</p> <p>(D) detritos provenientes de feiras livres, não acondicionados, pelos feirantes, em recipientes adequados.</p> <p>(E) restos de limpeza e de poda de jardim.</p>
<p>100. É proibido fumar em estabelecimentos públicos fechados, onde for obrigatório o trânsito e a permanência de pessoas. Todavia, é permitido fumar</p> <p>(A) nos elevadores e prédios públicos.</p> <p>(B) nas vias e nos logradouros públicos.</p> <p>(C) no interior de veículos destinados a serviços de táxi.</p> <p>(D) no interior de ônibus, trens e metrô.</p> <p>(E) nos estabelecimentos de ensino de 1^o e 2^o graus.</p>	<p>104. O proprietário ou possuidor de imóvel, que pode árvores em área particular, ocasionando sua morte, deve</p> <p>(A) aguardar orientações do órgão competente quanto ao número de árvores a plantar.</p> <p>(B) substituí-las, em igual número, no prazo máximo de 30 dias após a morte.</p> <p>(C) substituí-las, em igual número, no prazo máximo de 60 dias.</p> <p>(D) indenizar a municipalidade segundo o valor unitário fixado anualmente.</p> <p>(E) substituí-las, em dobro, no prazo máximo de 30 dias.</p>
<p>101. O prazo de permanência máximo de cada caçamba em vias públicas compreendendo os dias de colocação e retirada é de</p> <p>(A) 3 dias corridos.</p> <p>(B) 2 dias úteis.</p> <p>(C) 5 dias úteis.</p> <p>(D) 4 dias úteis.</p> <p>(E) 5 dias corridos.</p>	<p>105. No período noturno, o lixo não poderá ser colocado na calçada antes das</p> <p>(A) dezesseis horas.</p> <p>(B) dezessete horas.</p> <p>(C) dezoito horas.</p> <p>(D) dezenove horas.</p> <p>(E) vinte horas.</p>
<p>102. É permitido, em São Paulo,</p> <p>(A) colar cartazes em árvores ou logradouros públicos, desde que o autor da publicidade esteja identificado.</p> <p>(B) obstruir, sarjetas, valas e valetas e outras passagens de águas pluviais, desde que seja inevitável para colocação da caçamba estacionada.</p> <p>(C) varrer o próprio passeio de forma a mantê-lo limpo, atitude que é, até mesmo, um dever frente ao Poder Público Municipal.</p> <p>(D) atear fogo no lixo, em especial mantendo incineradores.</p> <p>(E) derramar óleo, gordura, graxa, tinta ou cimento no passeio ou no leito das vias e logradouros públicos, desde que em trabalhos de obra regularmente autorizada.</p>	<p>106. Por infração de normas de defesa do consumidor, uma das sanções administrativas a que a concessionária de serviço público está sujeita é a cassação da concessão. A concessionária dá causa a essa sanção quando</p> <p>(A) violar obrigação legal ou contratual.</p> <p>(B) reincidir, habitualmente, em faltas punidas com pena de multa.</p> <p>(C) infligir prejuízo ao consumidor, mas não pode ser aplicada cumulativamente, nem suceder qualquer das outras sanções.</p> <p>(D) reincidir na prática das infrações de maior gravidade, previstas na legislação de consumo.</p> <p>(E) as sanções de suspensão temporária e de intervenção administrativa forem julgadas inoportunas.</p>

<p>107. "Imposição de contrapropaganda" é</p> <p>(A) a necessidade de a Administração zelar para que os produtos ou serviços sejam adequadamente oferecidos à população, evitando a contrapropaganda ou publicidade enganosa.</p> <p>(B) a obrigatoriedade de o Poder Público fazer propaganda contrária aos produtos danosos à saúde da comunidade.</p> <p>(C) uma pena acessória que o juiz criminal deve fixar sempre que alguém for condenado em matéria de proteção ao consumidor.</p> <p>(D) a atividade ilícita do fornecedor de serviço ou produto, que busca ilaquear a boa-fé do público de forma enganosa ou abusiva.</p> <p>(E) uma sanção administrativa cominada para o caso de o fornecedor incorrer na prática de publicidade enganosa ou abusiva.</p>	<p>110. A fiscalização constatou, no prédio onde moro, a utilização irregular da edificação para implantação de uma antena de telecomunicações. Foram tomadas todas as providências, inclusive a lavratura do Termo de Fechamento Administrativo, uma vez que o prazo para desativação dos equipamentos não foi obedecido pela empresa. No dia seguinte, se o Agente Vistor constatar que, mesmo assim, os equipamentos não foram desativados,</p> <p>(A) lavrará o Auto de Fiscalização e Constatação, encaminhando-o ao Supervisor de Fiscalização para providências administrativas e criminais cabíveis.</p> <p>(B) lavrará o Auto de Imposição de multa, com valor em décuplo, ampliando o prazo de desativação em 30 dias.</p> <p>(C) oficiará à ANATEL solicitando a cassação da concessão do serviço.</p> <p>(D) efetuará a prisão do responsável pela antena, em flagrante delito de desobediência.</p> <p>(E) procederá à lacração, se necessário com auxílio policial previamente solicitado.</p>
<p>108. Quanto à proteção do consumidor, para que o fornecedor do serviço seja responsabilizado,</p> <p>(A) cabe a ele admitir sua culpa ou dolo, pois sem a prova do elemento subjetivo nunca será responsabilizado.</p> <p>(B) cabe ao consumidor a prova da culpa daquele, por negligência, imperícia ou imprudência.</p> <p>(C) o consumidor deve provar a existência de dolo daquele, sem o que não existe responsabilidade.</p> <p>(D) basta que ele não prove que o defeito inexistente, ou, se existente, que a culpa foi exclusiva do consumidor ou do terceiro.</p> <p>(E) o consumidor deve provar o defeito, o nexo causal e o elemento subjetivo da ação do fornecedor.</p>	<p>111. A implantação e utilização de torres e antenas de telecomunicações deverão atender a certas condições, inclusive obtenção de documentos. Quanto a estes, é INCORRETO afirmar a necessidade de</p> <p>(A) Certificado de Conclusão.</p> <p>(B) Alvará de Aprovação.</p> <p>(C) Alvará de Execução.</p> <p>(D) Termo de Vistoria Prévia.</p> <p>(E) Auto de Licença de Funcionamento.</p>
<p>109. I. Proceder à tomada de contas do Prefeito por meio de Comissão Especial quando não apresentadas à Câmara no prazo e na forma estabelecidos na Lei;</p> <p>II. Votar moção de censura pública aos secretários municipais e aos subprefeitos em relação ao desempenho de suas funções;</p> <p>III. Delimitar o perímetro urbano e o de expansão urbana;</p> <p>IV. Aprovar o código de Obras e Edificações;</p> <p>V. Denominar as vias e logradouros públicos, obedecidas as normas urbanísticas aplicáveis.</p> <p>Dentre os itens acima, inserem-se na competência privativa da Câmara Municipal de São Paulo APENAS</p> <p>(A) I e II</p> <p>(B) I e III</p> <p>(C) II e IV</p> <p>(D) III e IV</p> <p>(E) III e V</p>	<p>112. A comercialização de CD (Compact Disc) irregulares (falsificados) pelos ambulantes tem sido motivo de preocupação. Em São Paulo, a lei determina que o ambulante surpreendido pode sofrer até interdição administrativa da atividade. A atividade fiscalizadora, nesse caso, terá como referencial</p> <p>(A) a existência, ou não, do selo tridimensional, o flapf, confirmador da autenticidade.</p> <p>(B) o laudo pericial realizado, por amostragem, em um exemplar.</p> <p>(C) somente o requerimento do detentor do direito autoral, declarando a contrafação e pedindo a apreensão.</p> <p>(D) a presunção de inautenticidade derivada da inexistência de nota fiscal de legítima aquisição do estoque.</p> <p>(E) a presunção de autenticidade quando a mercadoria tiver invólucro e lacre e indicar o número de série.</p> <p>113. No que toca à organização do transporte coletivo público de passageiros do município de São Paulo, as linhas metroviárias</p> <p>(A) integram a categoria dos Serviços Complementares de transporte coletivo.</p> <p>(B) são funcionalmente consideradas como parte do Subsistema Estrutural.</p> <p>(C) pertencem ao grupo de transportes conhecido como Subsistema Local.</p> <p>(D) são funcionalmente consideradas como parte do Subsistema Complementar de transporte em massa.</p> <p>(E) não são consideradas como parte do Sistema Integrado, por se tratar de empresa do Estado.</p>

<p>114. A Lei Orgânica do Município de São Paulo estabelece que as Subprefeituras</p> <p>(A) serão meros órgãos descentralizados e, portanto, não gozarão de dotação orçamentária própria.</p> <p>(B) gozarão de autonomia orçamentária plena, aplicando sua dotação em atividades e programas de livre escolha do Subprefeito.</p> <p>(C) contarão com dotação orçamentária própria e executarão atividades e programas de acordo com as diretrizes, programas e normas estabelecidos pelo Prefeito.</p> <p>(D) obedecerão às diretrizes, programas e normas estabelecidos pelo Prefeito, a quem os Subprefeitos prestam contas, uma vez que não contam com dotação orçamentária própria.</p> <p>(E) serão órgãos da Administração Pública Indireta, contarão com autonomia financeira e orçamentária próprias e prestarão contas exclusivamente ao Tribunal de Contas do Município.</p>	<p>117. A fiscalização municipal paulistana, em matéria de poluição sonora, para verificar a emissão de ruídos com níveis superiores aos determinados pela legislação Federal, Estadual ou Municipal, deve considerar, em caso de divergência, a regra</p> <p>(A) Municipal, visto que se trata de fiscalização por órgão do Município, em benefício de seu peculiar interesse.</p> <p>(B) mais permissiva dentre elas.</p> <p>(C) Federal, que, na hierarquia, prevalece sobre as demais.</p> <p>(D) Estadual, que, por força de dispositivo constitucional, prevalece sobre as concorrentes.</p> <p>(E) mais restritiva dentre elas.</p>
<p>115. Os contratos para a execução dos serviços de transporte coletivo urbano de passageiros regulam-se pelas cláusulas e pelos preceitos</p> <p>(A) de direito público, com exclusividade, sendo certo que as disposições de direito privado não são aplicáveis aos contratos do Poder Público.</p> <p>(B) de direito privado, sendo certo que as disposições de direito público são aplicáveis supletivamente.</p> <p>(C) da Teoria Geral dos Contratos, sendo certo que as disposições de direito público ou privado são aplicáveis supletivamente.</p> <p>(D) de direito público, sendo certo que as disposições de direito privado são aplicáveis supletivamente.</p> <p>(E) de direito privado, sendo certo que as disposições da Teoria Geral dos Contratos são aplicáveis supletivamente.</p>	<p>118. Além do preenchimento dos requisitos necessários, só posso exercer, em São Paulo, minha atividade de ambulante após a emissão, pela Administração Pública,</p> <p>(A) da Licença de Exercício de Atividade.</p> <p>(B) do Alvará de Localização do Ponto Fixo.</p> <p>(C) do Termo de Permissão de Uso.</p> <p>(D) do Alvará de Estabelecimento em Vias Públicas.</p> <p>(E) do Termo de Autorização de Uso de Espaços Públicos.</p>
<p>116. Por estar executando, sem a correspondente delegação, serviço de transporte coletivo de passageiros na cidade de São Paulo, tive meu ônibus apreendido e, para liberá-lo, paguei a multa imposta e demais ônus. Porém, não tendo cessado a atividade, sofri nova apreensão. Nesse caso, a multa deve ser aplicada</p> <p>(A) singelamente, pois a lei não autoriza agravamento da multa.</p> <p>(B) em dobro, em razão da reincidência.</p> <p>(C) em dobro, pois será acrescido um valor mínimo a cada reincidência.</p> <p>(D) no triplo de seu valor, em razão da reincidência.</p> <p>(E) em décuplo, ficando o veículo definitivamente apreendido.</p>	<p>119. A Administração Pública, agindo legalmente, apreendeu mercadorias. Tratando-se de mercadorias perecíveis, elas serão</p> <p>(A) devolvidas ao dono, mediante Termo de Responsabilidade e Imposição de Multa.</p> <p>(B) doadas às entidades assistenciais cadastradas pela Prefeitura.</p> <p>(C) incineradas no prazo de três dias.</p> <p>(D) destinadas à secretaria da Educação para utilização na merenda escolar.</p> <p>(E) encaminhadas às creches do Município.</p> <p>120. Pretendo instalar, regularmente, um equipamento para exercício da atividade de ambulante. Devo, portanto, saber que é vedado fazê-lo a menos de</p> <p>(A) cinquenta metros de estabelecimentos que vendam os mesmos artigos.</p> <p>(B) dez metros de pontos de ônibus e de táxis.</p> <p>(C) trinta metros de monumentos e bens tombados.</p> <p>(D) trinta metros de escolas.</p> <p>(E) vinte e cinco metros de entradas e saídas de estações de metrô e de trem.</p>